



Município de  
**PONTE ALTA  
DO NORTE**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte

## PROJETO DE LEI Nº 016/2021

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A  
CELEBRAR ACORDO DE COOPERAÇÃO, COM ICASA  
INSTITUTO CATARINENSE DE SANIDADE  
AGROPECUARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ARI ALVES WOLINGER**, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 81, inciso III da LOM e pelo art. 3º, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara de Vereadores o seguinte projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar acordo de cooperação com ICASA- Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária, com a finalidade principal de obter apoio técnico especializado, para instituir no município o Programa de Apoio ao Produtor para sanidade agropecuária, sendo firmado a parceria de ações, com a disponibilização de instalações físicas e mão de obra especializada, e não implica desembolso financeiro, a qualquer título, presente ou futuro das partes.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias no orçamento vigente.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 29 de julho de 2021.

  
**ARI ALVES WOLINGER**  
Prefeito Municipal



Município de  
**PONTE ALTA  
DO NORTE**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte

### **JUSTIFICATIVA**

**Senhora Presidente,**

**Senhore(a)s Vereadore(a)s.**

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo de cooperação com ICASA – Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária, para instituir no município o Programa de Apoio ao Produtor para sanidade agropecuária, com a disponibilidade de apoio técnico especializado, para o atendimento ao produtor rural.

O modelo desta parceria é adotado com sucesso em diversos municípios do Estado, sendo que a disponibilidade de ações entre as partes, se baseia apenas na responsabilidade do município, de organizar as instalações físicas para acomodar o pessoal técnico especializado do Instituto, para a referida atividade de apoio, em conformidade ao Programa citado, e não implica desembolso financeiro entre as partes.

Assim, requeremos a Vossas Senhorias a análise do presente Projeto de Lei, pugnando pela sua aprovação, com a sistemática atenção que sempre foi dispensada por esta Casa Legislativa, aproveitando para externar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Ponte Alta do Norte, 29 de julho de 2021.

  
**ARI ALVES WOLINGER**  
Prefeito Municipal

## TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

**INSTITUTO CATARINENSE DE SANIDADE AGROPECUÁRIA – ICASA**, com sede na rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi, na cidade de Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.739.608/0001-81, neste ato representado pelo seu Conselheiro Executivo, Osvaldo Miotto Junior, brasileiro, casado, administrador, regularmente inscrito no CPF/MF sob o n. 501.281.919-53, portador da Cédula de Identidade RG 840.412 SSP/SC, e o **MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE - SC**, inscrito no CNPJ sob nº. 95991287000175, com sede na av. Rua Sebastião Francisco de Lima, n. sem número, Bairro Loteamento Pereira, na cidade de Ponte Alta do Norte/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Ari Alves Wolinger, regularmente inscrito no CPF n. 629.779.469-34 e portador da CI nº. 1.823.471 SSP/SC, doravante denominados, respectivamente de **ICASA** e **MUNICÍPIO** ou **Entidades Parceiras**, de comum acordo, celebram o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, o qual será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

**CONSIDERANDO** que o ICASA *tem como finalidade principal o apoio, pesquisa, o desenvolvimento e o acompanhamento de atividades no setor agroindustrial, inclusive na defesa sanitária e ambiental junto a órgãos e entidades públicas e privadas*, nos termos do Art. 2º, do seu Estatuto, e sua reconhecida importância para a manutenção e melhoria do *status zoossanitário* do Estado de Santa Catarina;

**CONSIDERANDO** o credenciamento do ICASA realizado pela Secretaria da Agricultura e da Pesca por meio da portaria SAR 56/2016 e Edital SAR n. 1/2016, publicado no Diário Oficial em 17/08/2011 e portaria SAR 70/2016, publicada no Diário Oficial em 13/12/2016;

**CONSIDERANDO** que o ICASA trabalha seriamente visando cooperar na manutenção do *status zoossanitário* do Estado de Santa Catarina, com o fim de garantir a qualidade dos produtos de origem animal e assegurar a saúde pública, colaborando, também, para a proteção da economia catarinense, buscando ampliar a competitividade dos mercados internos e externos;

**CONSIDERANDO** que qualificado pelo Ministério da Justiça como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse público, o ICASA pode celebrar termos de cooperação com o Poder Público, assim como com a Iniciativa Privada;

**CONSIDERANDO** os termos da Lei 8.171/91, que dispõe sobre a Política Agrícola Nacional, mais especificamente em seu Art. 3º, inc. IX, que tem dentre os seus pressupostos *a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos da agricultura brasileira*;

**CONSIDERANDO** os incisos II e IV, do § 1º, do Art. 1º, do Decreto 5.741/2006, que define os participantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade

Agropecuária, dentre os quais: *produtores e trabalhadores rurais, suas associações e técnicos que lhes prestam assistência e entidades gestoras de fundos organizados pelo setor privado para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária;*

**CONSIDERANDO** o papel dos municípios no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e da sociedade organizada conforme os termos do Art. 3º, inc. VI e o Art. 28-A, § 1º e § 2º e seus incisos, da Lei 8.171/1991, bem como o Art. 3º e § 3º, do Art. 9º, do Decreto 5.741/2006.

**CONSIDERANDO** que a cooperação entre instituições privadas e os municípios se dá na modalidade Acordo de Cooperação, nos termos do inc. VIII-A, do Art. 2º, da Lei 13.019/2014, *instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;*

**CONSIDERANDO** se tratar da única de entidade cadastrada pelo Estado de Santa Catarina para atuar nos municípios catarinenses, nos termos da já citada portaria SAR 56/2016, que lançou o Edital SAR n. 1/2016, publicado no Diário Oficial em 17/08/2011, conforme comanda a Lei da Política Agrícola Nacional e seu decreto regulamentador. Considerando que as atividades de sanidade agropecuária têm por objetivo finalístico a promoção da segurança alimentar e saúde, consoante o inc. IV, do Art. 27-A e caput do art. 28-A, ambos da Lei nº 8.171, bem como os termos do VI, do art. 30, da Lei 13.019/2014, que dispensa a realização de chamamento público para a realização de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de saúde por organização da sociedade civil já credenciada pelo órgão gestor da respectiva política;

As Entidades Parceiras resolvem:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Instituir no âmbito municipal o Programa de Apoio ao Produtor Para Sanidade Agropecuária, doravante denominado apenas de Programa, que consistirá na disponibilização pelo ICASA, nos locais indicados pelo Município, de estrutura e mão de obra treinada para auxílio ao produtor rural no cumprimento das obrigações legais, especialmente aquelas contidas na Lei 10.366/97, que institui Política de Defesa Sanitária Animal.

**Parágrafo primeiro** – O ICASA, por meio do seu quadro de pessoal, auxiliará o produtor rural no processamento da documentação exigida para o trânsito e identificação de animais.

**Parágrafo segundo** – O ICASA disponibilizará quadro técnico veterinário, quando determinado pelo Órgão gestor oficial, nos termos do Edital de Credenciamento SAR n. 01/2016 e Portaria SAR n. 56/2016, para auxílio direto do produtor rural no cumprimento das obrigações legais relativas ao sistema de defesa sanitária no Estado de Santa Catarina.

**Parágrafo terceiro** - Ao pessoal do ICASA serão reservadas as atividades exclusivas de atendimento ao produtor rural na execução do Programa de Apoio ao Produtor Rural Para Sanidade Agropecuária, sem qualquer ingerência do Município nas ações diárias do pessoal designado para atendimento do Programa.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **I – Compete ao ICASA**

- a) Disponibilizar seu pessoal técnico e administrativo para auxílio do produtor rural no cumprimento das obrigações legais relacionadas ao sistema de sanidade animal para o Estado de Santa Catarina;
- b) Equipar seu corpo técnico e administrativo com a estrutura necessária para o regular desenvolvimento das ações de apoio ao produtor como equipamentos de informática, telefonia e veículos;
- c) Elaborar, semestralmente, relatório das suas atividades contendo no mínimo a quantidade de atendimentos realizados no período, emissão de Guia de Trânsito Animal e número de brincos de identificação animal entregues no período.

### **II – Compete ao MUNICÍPIO**

- a) Realizar a cessão de local próprio, disponibilizando instalações físicas em condições mínimas de uso expediente pelo pessoal fornecido pelo ICASA e com capacidade de utilização de equipamentos de informática e comunicação telefônica, para a implementação do presente Programa, com fácil acesso para o atendimento ao produtor rural;
- b) O Município se compromete a respeitar a estrutura funcional do Programa de Apoio ao Produtor Para Sanidade Agropecuária, sem qualquer ingerência no quadro funcional, que deverá atuar com total independência nas funções que lhe são atribuídas por meio do presente Termo. Qualquer impasse ou inconformidade nas ações do quadro funcional disponibilizado deverá ser comunicado de imediato ao ICASA que tomará as medidas necessárias para a retomada da normalidade nas ações concernentes ao Programa.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Este Termo de Acordo de Cooperação não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo absolutamente vedada a transferência de recursos financeiros entre as partes.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA CONEXÃO**

As partes estabelecem mutuamente de que o presente Instrumento gera apenas efeitos entre ambas as partes relativamente ao objeto deste Termo de Cooperação, não decorrendo deste qualquer tipo de participação ou vinculação societária, bem como não decorre, também, qualquer tipo de vínculo obrigacional entre o MUNICÍPIO e os prepostos/empregados e/ou representante(s) legal(is) do ICASA.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO**

Este Termo poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, desde que tal interesse seja manifestado por escrito, pela parte interessada, e que a modificação seja aceita pela outra parte.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

O presente Termo poderá ser rescindido, por qualquer das partes, desde que haja comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à outra parte.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cooperação vigorará da data de sua assinatura e terá vigência pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser aditado mediante termo assinado entre as partes.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

As divergências e os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, ou, não sendo possível, através do Foro da Comarca de XXXXXXXX/SC.

E, por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



INSTITUTO CATARINENSE DE SANIDADE AGROPECUÁRIA

Florianópolis, 16 de Julho de 2021.

**OSVALDO MIOTTO JUNIOR**  
Conselheiro Executivo

**Ari Alves Wolinger**  
Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte/SC.